

Luís Filipe Monteiro Pontes
Bolseiro da FCT
Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa

**A memória da guerra em epítáfios de cavaleiros,
1400-1521**

– Notas preliminares

O tema da nossa comunicação às VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais veio na sequência do trabalho desenvolvido para a obtenção do grau de Mestre em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, concretizado numa dissertação que foi apresentada e defendida no mês de Dezembro de 2008¹. Nessa investigação, estudámos alguns aspectos da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, tentando fornecer uma imagem de conjunto a partir de uma fonte muito específica, os epítáfios – encarados como narrativas celebrativas de carácter memorialístico – situáveis entre os anos de 1400 e 1521. Se, no trabalho de mestrado, acabámos por incluir inscrições tumulares referentes a indivíduos não pertencentes à nobreza, a grande maioria dos epítáfios recolhidos pertence, de qualquer forma, a esse grupo social – num total de 118, abrangia 88 casos, praticamente 75%, incluindo as damas nobres e os cavaleiros de Ordens Militares –; para esta comunicação, também só trabalhámos com epítáfios de nobres, de maior ou menor extracção e maior ou menor projecção social.

Dentro do âmbito destas Jornadas, trazemos o tema da guerra, ou seja, o modo como esse tema nos surge nas inscrições tumulares que recolhemos. Gostaríamos de referir que no trabalho de mestrado que realizámos, a actividade guerreira era uma de várias “chaves” para interpretarmos os textos dos epítáfios e deles retirarmos uma imagem da mentalidade: outros dos eixos principais de abordagem eram as referências à linhagem da pessoa tumulada, os contextos em que se deu a morte – se tal fosse referido no epítálio –, as referências a honras, cargos e títulos detidos, a presença do cônjuge – sobretudo, a presença feminina, num *corpus* maioritariamente masculino –, ou as referências a mecenato religioso e a encargos pios que a pessoa deixasse por sua alma. Tratava-se, como é óbvio, de uma investigação abrangendo uma série de pontos que não podíamos ignorar, dado o nosso objectivo para esse trabalho.

¹ E cujo título completo é *Do mundo da corte ao mundo da memória: subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521*.

Sendo a actividade militar encarada como um aspecto fundamental e definidor da própria classe nobiliárquica durante a Idade Média, não é surpreendente que a guerra, a participação em campanhas, ou simplesmente a referência a um membro da linhagem da pessoa tumulada que tenha tomado parte em acontecimentos de carácter bélico, esteja bem presente, de forma explícita, em 31 dos epitáfios presentes no *corpus* que reunimos no decorrer da nossa investigação. O tratamento que é dado à actividade guerreira no nosso particular grupo de fontes constituiu, por isso, uma parte muito importante da investigação que fizemos.

Apresentado o nosso tema, e dado estarmos dentro de limites temporais que temos de respeitar, gostaríamos de mostrar um panorama global da presença da guerra nesses textos que são tão específicos, porque, entre outras coisas, eram idealmente vocacionados para servirem de testemunho perene para as gerações futuras, à maneira de *exempla*.

– Algumas considerações sobre nobreza e cavalaria no final da Idade Média

Pode considerar-se que “cavaleiro” e “cavalaria” são palavras que possuem um duplo sentido, porque elas designavam ao mesmo tempo, desde tempos remotos, um combatente a cavalo e o conjunto do grupo desses combatentes, que se tornaram, por volta do século XI, os mais importantes do ponto de vista militar², e assim permaneceram, pelo menos, até aos inícios do século XIV³. Mas, mais tarde, essas mesmas palavras tornaram-se título de nobreza, aplicando-se a personagens de categoria social mais elevada⁴. Também o conjunto de atitudes e de valores a que se costuma chamar “ética cavaleiresca” se foi modificando ao longo do tempo, consoante os interesses em jogo e as características conjunturais. Dentro dessa ética, podem incluir-se os deveres do serviço militar feudo-vassálico, a dedicação ao rei, ao senhor, à dama, à Igreja, e um certo sentido de “honra” – que, no fundo, é a junção dos pontos anteriores – que iriam seduzir fortemente a classe aristocrática por toda a Europa⁵. A conjugação destes aspectos forneceu à cavalaria o seu carácter, o seu ideal multi-facetado, e uma dignidade social, quando foram assumidas como sendo também qualidades próprias da nobreza⁶ as qualidades da valentia – com demonstração pública das capacidades militares –, da

² Georges Duby, “Chevalerie”, in *Dictionnaire du Moyen Âge – histoire et société*, Paris, Albin Michel, 1997, pp. 229-233.

³ Philippe Contamine, *La guerre au Moyen Âge*, 5^a ed., Paris, PUF, 1999, pp. 109 e 159-160.

⁴ Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie au Moyen Âge*, Paris, Hachette, 1998, p. 7.

⁵ Georges Duby, “Chevalerie”; do mesmo autor, veja-se *As Três Ordens ou o imaginário do feudalismo*, 2^a ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 319-334.

⁶ Georges Duby, “Chevalerie”.

lealdade, da liberalidade – que implicava o desprezo pelo lucro, o que, de resto, nem sempre era a realidade, assim como uma certa “não-produtividade”, em termos económicos – e da cortesia – ou os deveres para com uma dama, que se queria seduzida pela combinação de todas as outras qualidades, e assistida pelo cavaleiro⁷.

Progressivamente, a força bélica dos cavaleiros, ou *milites*, foi sendo dirigida e concentrada em propósitos mais específicos: ao dever de obediência ao senhor, e de coragem no combate, foram-se juntando os deveres de defesa de uma região e dos seus habitantes, sobretudo dos habitantes mais fracos, e isto na altura em que a Igreja começa a atribuir mais responsabilidades aos cavaleiros, num contexto de maior declínio dos poderes centrais e de aumento da importância das castelanas locais⁸, nos séculos X e XI. Entre essa época e o século XIII, a Igreja procurou deter sobre a cavalaria um tipo de monopólio cultural e sacramental, como acontecia com o casamento. Este investimento eclesiástico tornou-se visível na clericalização do ritual de investidura⁹, que sacralizava a função cavaleiresca¹⁰, dando-lhe o sentido e a missão que a Igreja mais pretendia – o combate pela fé e pelos mais desprotegidos –, o que não era de modo algum inocente nem um propósito isolado, mas estava, pelo contrário, inserido no projecto da reforma gregoriana que se tinha vindo a estender a todo o Ocidente medieval desde meados do século XI¹¹. No entanto, a realidade esteve longe de ser tão bela quanto a Igreja idealizou; se é verdade que as instituições eclesiásticas queriam proteger os mais frágeis – e também os seus próprios domínios – das exacções e dos acasos da guerra, nem sempre isso foi conseguido¹². A própria noção de nobreza era muito vaga, pelo menos até ao século XIII: começou por ser um sinónimo de qualidades morais, respeitabilidade e prestígio, nas fontes de origem eclesiástica, para depois encontrar eco na estrutura da sociedade. Esperando das famílias aristocráticas uma conduta exemplar, protecção e doações generosas, a Igreja acabou por contribuir grandemente para que a “nobreza”, entendida naqueles seus sentidos primeiros, se tornasse uma qualidade moral das famílias da aristocracia, e, assim, a assimilação entre nobreza e aristocracia foi sendo realizada. No entanto, isso ainda não acontecia propriamente com a cavalaria: não se pode pôr de lado a existência da cavalaria-vilã, que não era aristocrata¹³, mesmo se, eventualmente, um cavaleiro – aqui no sentido mais material, de combatente

⁷ Geneviève Brunel-Lobrichon e Claudie Duhamel-Amado, *Au temps des troubadours: XIIe-XIIIe siècles*, Paris, Hachette, 1997, pp. 35-54.

⁸ Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie...*, p. 8; Franco Cardini, “O guerreiro e o cavaleiro”, in *O Homem medieval*, dir. de Jacques Le Goff, Lisboa, Presença, 1989, pp. 57-78; Georges Duby, *As Três Ordens...*, pp. 175-185.

⁹ Georges Duby, “Chevalerie”.

¹⁰ *Idem, ibidem*; ainda do mesmo autor, *La société chevaleresque*, Paris, Flammarion, 1988, pp. 54-69.

¹¹ Sobre este tema, Jean Chélini, *Histoire religieuse de l'occident médiéval*, Paris, Hachette, 1991, pp. 271-293, ou Richard William Southern, *L'Église et la société dans l'occident médiéval*, Paris, Flammarion, 1997, pp. 83-111.

¹² Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie...*, pp. 233-234.

¹³ Philippe Contamine, *La guerre...*, pp. 161-162. Apesar de não abordar a fundo a questão, Georges Duby, em “Chevalerie”, refere igualmente estes cavaleiros mais humildes.

– pudesse ter conseguido fazer-se elevar na escala social até à categoria de senhor¹⁴, devido ao exercício da profissão militar.

Inicialmente, os limites para aceder à classe guerreira dos cavaleiros eram de ordem material, incluindo-se aqui tanto capacidades físicas como meios financeiros¹⁵ para custear o equipamento e a manutenção do próprio combatente. No entanto, para lá desse aspecto mais prosaico e materialista, aquele grupo social vai progressivamente fechar-se a elementos provenientes das classes não-nobres, e com limitações jurídicas precisas¹⁶; desde os meados do século XIII, a nobreza reservou para os seus elementos a honra da cavalaria, num processo do qual não esteve ausente, uma vez mais, a influência da Igreja, através da via da sacralização desse tipo de combatente, sob o signo da Cruzada. Ao ser-lhe atribuída uma ética e um código de conduta, que exerciam, como referimos, um forte poder de atracção nos espíritos, a classe aristocrática pretendeu guardar para si esse prestígio, como algo que, no fundo, a definisse. E essa apropriação não é nada de muito estranho, pois insere-se plenamente no quadro teórico da tri-funcionalidade da sociedade medieval: os *milites* – cavaleiros – eram os *bellatores* – os combatentes, a nobreza¹⁷. No entanto, com o avançar do tempo, e dados os custos cada vez maiores do equipamento¹⁸ e das cerimónias de investidura de um novo cavaleiro¹⁹, os efectivos foram decrescendo, num processo que se acentuou grandemente a partir do século XIV – aproximando-nos do nosso limite cronológico, de 1400 a 1521 –, a par da subida de importância de outros tipos de combatentes no campo de batalha, como os archeiros, os besteiros²⁰, ou da nova infantaria pesada – o que significou também uma certa nivelação dos soldos²¹, que sempre tinham sido favoráveis aos cavaleiros. Apesar disto, e apesar ainda das grandes vitórias militares conseguidas pela infantaria sobre a cavalaria tradicional²², que se vai progressivamente protegendo ainda melhor²³, ao nível das armaduras, não é de forma alguma seguro dizer que a mesma estaria já ultrapassada e obsoleta nos séculos XIV e XV, apesar de a sua preponderância não se fazer sentir tanto como no passado. Mas isso – aliado ao custo dos equipamentos e da sua manutenção, de que acima falámos – fez com

¹⁴ Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie...*, p. 68.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 80.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 81, e Georges Duby, “Chevalerie”.

¹⁷ Georges Duby, *As Três Ordens...*, 2^a ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 319-328; Jacques Le Goff, “Introdução”, in *O Homem medieval*, pp. 9-30.

¹⁸ Philippe Contamine, *La guerre...*, p. 244; José Mattoso, “Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade”, in *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*, 4^a ed., Lisboa, Estampa, 1994, pp. 355-371.

¹⁹ Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie...*, p. 152.

²⁰ Que constituíam, desde o meado do século XIV, um corpo bem diferenciado e protegido em Portugal, organizado em dois corpos distintos, os besteiros do conto e os de cavalo; cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* – vol. IV de *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1987, p. 60, e João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 58-79.

²¹ Sobre este aspecto económico, com detalhes aprofundados para diversas regiões da Europa ocidental, Philippe Contamine, *La guerre...*, pp. 275-296.

²² João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota – 1383 – A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003, pp. 42-61.

²³ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal...*, pp. 148-151, e Philippe Contamine, *La guerre...*, pp. 241-250.

que bastantes nobres da Baixa Idade Média, mesmo sob a pressão dos regulamentos sociais, não se tornassem cavaleiros e fizessem carreira sempre como escudeiros²⁴. Um aspecto interessante, que encontramos muito em Portugal no século XV, é o de a investidura de novos cavaleiros deixar de assinalar o começo de uma carreira, mas sim marcar um momento alto no decurso de uma: as investiduras deixaram de se fazer antes de um confrontamento militar, mas começaram a realizar-se depois – e de imediato vêm-nos à memória todas as cerimónias que aconteceram com estas características, após a conquista de praças africanas, logo a partir de Ceuta, que de alguma forma constituiu o paradigma, em 1415, e isto encontra-se em alguns dos epitáfios analisados por nós. Ser cavaleiro passou cada vez mais a ser um título, mais do que uma profissão, ou carreira militar com honra, e nem todos os nobres o conseguiam. Em suma, poderíamos dizer que a cavalaria passou a ser, no final da Idade Média, uma “confraria de élite” dentro do próprio grupo da nobreza²⁵; mas, simultaneamente, e por decisão real, a ascensão à nobreza por parte de alguém, podia facultar a essa pessoa a qualidade de cavaleiro, especialmente em períodos de maior mobilidade social, como era o que se vivia em Portugal durante a fase final da Idade Média²⁶.

Ao iniciar-se o século XV, Portugal acabava de sair de um longo e demorado processo de crise que tinha culminado nos acontecimentos bem conhecidos de 1383-1385, que tinham finalmente ditado a subida ao trono da dinastia de Avis²⁷. A nobreza portuguesa tinha saído mal tratada do processo, com vários dos seus elementos exilados em Castela, mesmo se alguns acabaram por regressar e guindar-se até posições de destaque nos quadros da nova dinastia²⁸. No entanto, não podem restar dúvidas de que houve – depois

²⁴ José Mattoso, “Cavaleiros andantes...”, p. 369.

²⁵ Como o aponta precisamente Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie...*, pp. 84-85.

²⁶ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise...*, pp. 243-245; cf. também João Cordeiro Pereira, “Portas que se abrem”, in *Portugal do Renascimento à crise dinástica* – vol. V de *Nova História de Portugal*, coord. de João José Alves Dias, Lisboa, Presença, 1998, pp. 286-298.

²⁷ Não iremos, de modo algum, falar em detalhe de tudo o que se passou nessa altura. Para os acontecimentos mais relevantes deste processo, veja-se José Antunes, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão – estudo da questão*, sep. de *Revista de História das Ideias* (vol. 6), Coimbra, Faculdade de Letras, 1984, pp. 133-146; José Mattoso, “A nobreza e a Revolução de 1383”, in *Fragmentos de uma composição medieval*, 2^a ed., Lisboa, Estampa, 1993, pp. 277-293; Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 62-108; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385*, sep. de *Revista de História Económica e Social*, pp. 45-89, 1984, e *La noblesse portugaise au XIV^e siècle*, sep. de *Arquivos do Centro Cultural Português* – vol. XXVI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 389-398.

²⁸ Como foram, por exemplo, os casos de D. Pedro de Meneses, oriundo de uma família com fortes ligações à esposa do rei D. Fernando, Leonor Teles, e que regressado a Portugal por volta de 1404, vai chegar a primeiro capitão de Ceuta; outro exemplo que se pode apontar é o de D. Pedro de Noronha, neto por via materna de D. Fernando, que se tornou arcebispo de Lisboa e participou em missões diplomáticas. Veja-se, sobre este personagem, André Dias Teixeira, “Uma linhagem ao serviço da “ideia imperial” manuelina: Noronhas e Meneses”, in *A Alta Nobreza e a fundação do Estado da Índia*, ed. de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 110-112; sobre o anterior, Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004, pp. 41-51, e Carlos Moura, *A linhagem de D. Pedro de Meneses: percursos e estratégias de poder político, social e senhorial (séculos XIV-XV)*, Lisboa, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

da divisão operada nos finais de Trezentos – a entrada de novos “quadros” para a nobreza em Portugal, e que, possivelmente por causa disso, foi dado um novo fôlego a valores e tradições passadas²⁹. Não é excessivamente difícil de compreender o que se passaria por esse tempo: aos nobres de antiga geração, ciosos de guardarem as tradições que os distinguiam no conjunto da sociedade, juntaram-se os novos elementos, que também estavam desejosos de assumirem esses valores e de cultivarem essas tradições, visando uma integração plenamente conseguida no seu novo meio social³⁰. A própria corte régia foi-se reorganizando desde o final do século XIV, e vários elementos da nobreza vão, de forma mais ou menos permanente, gravitar em seu redor, *morar* com o rei. Encontramos novos cargos na estrutura administrativa directamente sob alçada do monarca, como o guarda-mor, este pelo menos já desde D. Afonso IV, os vedores da Fazenda, e, como inovações no comando militar, os cargos de condestável e de marechal³¹. Trata-se de funções que se encontram referenciadas nos epitáfios de várias personagens, como marcas evidentes de grande honra e importância dentro da sociedade. Um outro aspecto que poderemos referir, no âmbito da permeabilidade social, é o da apropriação de funções clericais por parte de elementos saídos da nobreza, o que aconteceu, por exemplo com D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, com D. Afonso, bispo de Évora e filho do primeiro marquês de Valença, ou com D. João de Melo, bispo de Silves, irmão do primeiro capitão de Tânger, Rui de Melo, entre outros. Guardando algo das atitudes e valores do seu grupo original, alguns destes novos membros do estado clerical, assim oriundos do meio nobiliárquico, não tiveram problemas em pegar em armas quando isso foi necessário, em ajuda da monarquia portuguesa, tanto nas contendas com Castela, como nas expedições no norte de África³².

– Nobreza, cavalaria e guerra

Numa época em que as noções modernas de Estado e de Pátria ainda não tinham feito a sua fortuna, será que podemos dizer que os cavaleiros combatiam ou desenvolviam as suas actividades por amor à sua “Pátria”?

²⁹ José Mattoso, “Cavaleiros andantes...”, p. 370. Este autor chama também a atenção para a composição desta nobreza com novos membros, vindos de outras classes sociais.

³⁰ Carlos Riley, *Juventude e comportamento – o caso de alguns fidalgos portugueses da Baixa Idade Média, sep. de Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores, série História e Filosofia, nº 2 (vol. VII)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985, pp. 108-109 e 115-116. Veja-se também Luís Filipe Oliveira, “Entre a História e a Memória: os Coutinhos e a Expansão quatrocentista”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 115-126.

³¹ cf. Rita Costa Gomes, *A corte...*, pp. 24-36. Para um período anterior, mas que se afigura como essencial para o desenvolvimento do oficialato ligado à corte, à entrada do período final da Idade Média, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 75-80.

³² A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise...*, pp. 230-236; também Saul António Gomes, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 174.

O bom serviço cavaleiresco implicava a fidelidade ao senhor, e, no caso português, o senhor era muitas vezes o próprio rei. Assim, podemos eventualmente assistir a uma identificação e assimilação entre Pátria e monarca, continuando subjacente também o apego a uma terra de origem. Será nesse sentido que Bernard Guenée enunciou que ao longo da Idade Média todos foram convidados de forma constante a amar o seu país, a combater e a morrer por ele, se fosse preciso³³. Em relação com este aspecto, continuaria também presente a ideia, proveniente já da Antiguidade, de que o objectivo último de toda a guerra é a paz, bem como a defesa de si mesmo, da sua terra e dos seus bens³⁴. É de recordar que mesmo os nobres “letrados”, isto é, indivíduos mais ligados a funções administrativas e de conselho, participavam também em operações militares, equipavam companhias, e recebiam pagamentos do monarca para que o fizessem³⁵. Os grandes aristocratas tinham igualmente possibilidades de recrutar exércitos privados contando com um número de efectivos que não seria de menosprezar³⁶.

Mas, com a assunção de novas formas de fazer a guerra e a crescente profissionalização dos exércitos – que requeriam cada vez mais, por exemplo, a especialização de indivíduos aptos a lidar com peças de artilharia piro-balística – as formas de recrutamento modificaram-se também, tendo a progressiva exploração da costa africana ocidental durante o século XV, e os lucros dela provenientes, possibilitado à monarquia portuguesa a constituição de forças mais permanentes, à semelhança do que se verificava um pouco por toda a Europa, pela mesma altura³⁷. A nobreza portuguesa – bem como a castelhana – teve sérias dificuldades em se adaptar aos tempos novos, em que, ao nível económico fundiário, a forma mais comum de exploração das terras agrícolas passou a ser o arrendamento, e as prestações progressivamente pagas aos senhores em moeda corrente, o que foi tornando o nobre dependente das flutuações do mercado, algo que antes, praticamente, nunca se tinha verificado³⁸. Para muitos, num contexto de expansão dos respectivos

³³ Bernard Guenée, *L'occident aux XIVe et XVe siècles: les états*, 6^a ed., Paris, PUF, 1998, p. 119. Com um discurso mais prosaico e numérico, Philippe Contamine, em *La guerre...*, p. 230, estima, a partir de exemplos recolhidos em Inglaterra e no sul de França, que não era difícil que pelo menos 5% da população masculina de um reino estivesse em campanha quando fosse necessário, nas últimas décadas da Idade Média; esse número poderia mesmo chegar a cerca de 1/6 (ou seja, 16,6%) da população.

³⁴ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal...*, pp. 501-503. O autor refere a *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, na qual se pode ver que as palavras de Nuno Álvares Pereira aos seus homens antes dos combates vão exactamente neste sentido.

³⁵ Rita Costa Gomes, *A corte...*, p. 143.

³⁶ A. H. de Oliveira Marques, em *Portugal na crise...*, pp. 258-259, aponta os efectivos das companhias do Infante D. Pedro e do seu meio-irmão D. Afonso, duque de Bragança, que se oposaram em Alfarrobeira (1449): 1200 cavaleiros e 2300 peões para o primeiro, 1700 cavaleiros e 2000 peões para o segundo. Para João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal...*, p. 39, a força armada privada de Nuno Álvares Pereira chegaria a atingir os 600 cavaleiros, 300 besteiros e 2000 efectivos de infantaria (sem besteiros).

³⁷ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Afonso V e o Atlântico – a base do projecto expansionista de D. João II*, sep. de *Mare Liberum*, nº 17, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Junho de 1999.

³⁸ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise...*, pp. 11-13.

reinos em terras ultramarinas, um refúgio possível foi encontrado nas hostes que procuravam submeter novas áreas à Coroa, tanto fosse em África, na Ásia ou nas Américas, e assim, em simultâneo, tentavam manter vivos os velhos ideais da sua classe³⁹.

Em Portugal, com o fim da guerra com Castela em virtude do tratado de paz de 1411, os elementos da aristocracia guerreira viram-se privados de fontes de receitas importantes, provenientes das operações de razia e depredação em área inimiga, o que resultou em alguns deles suspirarem, por alturas de 1415, por novos feitos de armas. Numa outra vertente, esta nobreza, conhecedora de heterogeneidade, como acima se disse, pretendia manter a coesão grupal, e as suas características próprias, assumindo códigos e rituais que vinham de tempos anteriores, e, para isso, era importantíssimo o conceito de serviço honroso, no qual um dos pontos máximos em qualquer quadrante geográfico do Ocidente medieval era combater numa guerra sacralizada pela Igreja e conduzida pelo rei. E uma das formas remuneratórias mais apreciadas pelos cavaleiros e pelos escudeiros da Casa Real consistiu precisamente na prestação de serviço militar durante algum tempo nas praças de Marrocos, desde a conquista de Ceuta⁴⁰. A ideia de Cruzada não havia ainda abandonado os espíritos nos inícios do século XV. Após a conquista definitiva do Algarve em 1249, sempre tinha existido a necessidade de encontrar um sucessor para as operações de razia feitas em territórios sob domínio muçulmano, e ele foi descoberto sob a forma dos *fossados de mar*, que consistiam em equipar embarcações capazes de atingir as costas granadinas ou marroquinas, capturar prisioneiros e saquear localidades⁴¹. Uma eventual guerra total, envolvendo operações terrestres, em território marroquino, fora até sendo sancionada por bulas de Cruzada durante a centúria de Trezentos, e o ganho material dela eventualmente resultante era facilmente enquadrado nos objectivos da Cruzada, pois permitiriam obter meios económicos que seriam colocados, pelo menos em teoria, ao serviço da Cristandade⁴². Nos inícios do século XV, Portugal tinha acabado de sair de uma situação conturbada, em que se operara uma mudança dinástica pouco comum, mesmo se defendida por toda a hábil argumentação de João das Regras, nas Cortes de Coimbra, e confirmada militarmente nos campos de batalha, especialmente em Aljubarrota, quando havia outros candidatos à coroa, com pretensões legítimas⁴³. A nova dinastia de Avis necessitava, entre outras coisas, de uma acção que lhe desse bom destaque perante as outras cortes europeias, e,

³⁹ Franco Cardini, “O guerreiro e o cavaleiro”.

⁴⁰ Rita Costa Gomes, *A corte...*, pp. 211-212; João Cordeiro Pereira, “A estrutura social e o seu devir”, in *Portugal do Renascimento...*, pp. 277-336; Carlos Riley, *Juventude e comportamento...*, pp. 121-122.

⁴¹ Cf. A. H. Oliveira Marques, *A Expansão quatrocentista* – vol. II de *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 13-15.

⁴² Charles-Martial de Witte, *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XVe siècle*, Louvain, 1958. Ver também A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.* na nota anterior, pp. 23 e 30.

⁴³ Luís Miguel Duarte, *D. Duarte – requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 28-29.

especialmente, perante a Cúria papal. Poucas coisas havia ainda que fossem melhores para esse propósito do que uma grande operação militar contra os inimigos da Fé, os muçulmanos, e existiam territórios dominados por eles na Península Ibérica. Ponderados diversos aspectos, e porque Granada se inscrevia na zona de direito de conquista de Castela, a opção seria Ceuta, como é sabido. É uma questão antiga da historiografia portuguesa o porquê da opção por Ceuta, e do nosso ponto de vista a opção feita por D. João I deve ler-se à luz do contexto específico daquele momento, e que tentámos apresentar rapidamente no início deste parágrafo.

As explicações que foram sendo avançadas para explicar a razão da opção joanina foram variando dos critérios mais económicos – controle de rotas comerciais, mormente do ouro do Sudão, e dos cereais de Marrocos – aos sociais e mentais, nestes se destacando a importância da sobrevivência dos ideais cruzadísticos e da existência de um grupo alargado de cavaleiros nobres, de recente constituição na sua maioria, que poderiam ser um eventual foco de instabilidade interna para o reino⁴⁴. E com uma nobreza guerreira, com efeito, relativamente desocupada, suspirando por senhorios e ganhos materiais, a paz com o vizinho castelhano poderia estar ameaçada, e o espectro da invasão, de regresso; transportar a guerra para outros palcos longe do reino não era uma ideia que se pudesse de todo desprezar⁴⁵, ainda para mais porque a guerra, para além de sustentar financeiramente a nobreza, dava-lhe coesão social, num momento em que, como aludimos, ela sentia o seu prestígio ameaçado. Foram assim vários os motivos que levaram a Coroa portuguesa a decidir-se por Marrocos como teatro de operações, ponderados em relação aos aspectos negativos. Nomeadamente, estava dentro do espírito de Cruzada, servia os propósitos de legitimação da nova dinastia, pois contaria com o apoio do Papa, não chocava com os interesses castelhanos – ou, pelo menos, não se previa que com eles chocasse – e permitia realizar assim uma “válvula de escape” para a nobreza do reino, mantendo-a na órbita da monarquia portuguesa⁴⁶. Mesmo se mais tarde, sob D. João II, os rumos da Expansão marítima seguiram finalmente uma orientação mais definida, o fito continuava a ser o de encontrar um aliado – a Abissínia e o seu imperador cristão⁴⁷ – que se julgava poderoso, para continuar a luta contra o Islão, tal como o Infante D. Henrique pensara e D. Manuel I fará, visando um projecto

⁴⁴ Veja-se uma símula das várias propostas que foram sendo apresentadas ao longo do tempo para explicar a opção de Ceuta, em Paulo Drumond Braga, *A Expansão quattrocentista* – vol. II de *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 250-256.

⁴⁵ João Gouveia Monteiro e Paulo Jorge Agostinho, “Granada ou Marrocos? O 4º conde de Ourém e as opções expansionistas da nobreza de Quattrocentos, no contexto da arte militar da sua época”, in *D. Afonso, 4º conde de Ourém, e sua época: actas*, coord. de Carlos Ascenso André, Ourém, Câmara Municipal, 2004, pp. 23-48. Veja-se também Carlos Riley, *Juventude e comportamento...*, p. 117.

⁴⁶ João Gouveia Monteiro e Paulo Jorge Agostinho *op. cit.*, pp. 30-31.

⁴⁷ Franco Cardini, *Europe et Islam – histoire d'un malentendu*, Paris, Éditions du Seuil, 2002, p. 170, para uma contextualização precisa da renovação das esperanças do Ocidente cristão nesse mítico aliado, e também Luís Adão da Fonsec^a, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 117-120.

de conquista da Terra Santa⁴⁸; o próprio D. João II dedicou atenção ao Islão mais próximo, em Marrocos, ao ordenar a construção da fortaleza da Graciosa, e tentando construir um castelo na foz do rio Senegal⁴⁹. De resto, esta primeira fase da Expansão foi muito marcada pela guerra em Marrocos, iniciada então em 1415 com a tomada de Ceuta, prolongada pela defesa dessa praça durante as décadas seguintes, pelos falhanços em conquistar Tânger – em 1437 e 1463-1464, com a conquista de Alcácer Ceguer de permeio, em 1458 –, pela conquista de Arzila e ocupação de Tânger em 1471, e com a consolidação das posições marroquinas portuguesas sob D. João II, sem esquecer depois, já na parte final deste nosso percurso, no que à cronologia diz respeito, as operações militares no sul de Marrocos durante o reinado de D. Manuel I.

Toda esta guerra obedecia ainda à lógica cruzadística das décadas e séculos anteriores: estas campanhas contavam com a benção e a sacralização da Igreja Católica, que lhes concedia desejadas bulas de Cruzada, concedendo aos participantes o mesmo tipo de benefícios que eram concedidos em séculos anteriores às expedições destinadas ao Oriente⁵⁰ – e, nomeadamente, a indulgência plenária. Os cavaleiros portugueses em Marrocos eram assim encarados como *milites Christi*, “soldados de Cristo”, uma expressão que nos primeiros séculos do Cristianismo servia precisamente para designar, simplesmente, os cristãos⁵¹. Ora, é precisamente o palco marroquino da guerra contra o velho inimigo muçulmano que serve de pano de fundo para muitas das manifestações da mentalidade cavaleiresca guerreira medieval, que nos interessa aqui. As várias campanhas dos reis portugueses no norte de África – e, pela quantidade delas, D. Afonso V leva a palma – proporcionaram a muitos nobres portugueses do seu tempo o ensejo de aí exercerem a cavalaria. A resistência dos capitães das praças lusas contra cercos continuados levados a cabo pelo sultão de Fez proporcionou-lhes prestígio e orgulho, bem como bens e cargos que com o prestígio e o orgulho iam de par, normalmente⁵².

Mas o norte de África também foi para muitos o lugar onde acabaram por encontrar a morte⁵³, que era um risco inerente à sua carreira, tanto em operações de conquista como nas várias ocasiões de recontros militares que

⁴⁸ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Afonso V e o Atlântico...*, p. 41. A este respeito, é fundamental o estudo de Luís Filipe Thomaz, “L'idée impériale manuélaine”, in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, FCG - Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

⁴⁹ João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, p. 42.

⁵⁰ Sobre este ponto, veja-se Alain Demurger, *La croisade au Moyen Âge – idées et pratiques*, Paris, Nathan, 1998, pp. 59-63.

⁵¹ Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie...*, p. 196.

⁵² Maria de Lurdes Rosa, “D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça”, in *O tempo de Vasco da Gama*, dir. de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel/CNCDP, 1998, pp. 319-332.

⁵³ Ainda que fosse considerada uma morte gloriosa, que poderia até conferir aos descendentes do falecido o direito de herdarem, se disso tivessem sido privados ou a isso considerassem ter direito, uma vez que eram tidos como “vivos”: cf. Maria de Lurdes Rosa, “Mortos – “tidos por vivos”: o tribunal régio e a capacidade sucessória das “almas em glória” (campanhas norte-africanas, 1472-c. 1542)”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. VI (2005), pp. 9-46.

surgiam durante as estadias de membros da nobreza, fossem eles capitães de praças ou estivessem de passagem. Tem algum relevo também o fascínio que esta nova frente da secular guerra entre a Cruz e o Crescente exercia nas mentalidades pela Europa fora, e que vem demonstrar a continuidade da circulação dos cavaleiros por diversos palcos onde pudessem demonstrar o seu valor e granjear fama e glória. Assim, conhece-se a presença de estrangeiros nas praças portuguesas no norte de África, em diversos momentos⁵⁴, tal como pela mesma altura se pode verificar a circulação de cavaleiros portugueses pelo estrangeiro, nomeadamente na Hungria e nos Balcãs, na altura alvo dos ataques continuados e cada vez mais ameaçadores dos otomanos⁵⁵. A nobreza não deixou de dizer “presente” nas várias frentes e dinâmicas da Expansão, tendo a maior parte da alta nobreza desenvolvido a sua acção em Marrocos⁵⁶, durante o período temporal que consideramos, continuando aí a ser o território da sua acção militar por excelência, juntamente com algumas possibilidades de pôr em prática uma vez mais as velhas virtudes, tão prezadas, de valentia e de lealdade, abertas pelo novo conflito que iria opôr Portugal e Castela devido às pretensões de D. Afonso V à coroa desse reino, entre 1475 e 1479.

– Epítáfios e nobreza

Em tempos muito recuados, a memória – entendida aqui como um fenómeno social colectivo, e não algo da ordem do psíquico – assimilou a forma da inscrição, ao pretender apresentar uma comemoração, uma celebração de um evento particularmente significativo para uma sociedade. O estudo da inscrição, por sua vez, levaria ao surgimento da epigrafia, ciência auxiliar da História⁵⁷, na era moderna. Múltiplos tipos de inscrições são-nos conhecidos, provenientes da Antiguidade: recordando vitórias militares, peregrinações a locais considerados sagrados para determinada religião, contendo um rol de privilégios de membros dos estratos elevados das sociedades, ou, evidentemente, uma narrativa da vida de alguém que falecera⁵⁸. Podemos, na verdade, considerar a epigrafia como parte da cultura escrita de uma sociedade num dado tempo, juntamente com outras formas palpáveis dessa cultura: os livros, os manuscritos, os selos, as representações artísticas da escrita, os *graffiti*, e até as moedas⁵⁹. A época medieval terá herdado o costume, vindo da Antiguidade,

⁵⁴ Paulo Drumond Braga, *A Expansão quattrocentista...*, pp. 293, 321 e 328; Carlos Riley, *Juventude e comportamento...*, pp. 135-136.

⁵⁵ Saul António Gomes, *D. Afonso V*, p. 174, para a correspondência de fervor cruzadístico entre D. Afonso V e os húngaros ou os austríacos.

⁵⁶ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I – 1469-1521 – um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 169-173.

⁵⁷ Jacques Le Goff, *História e Memória – 2º volume: Memória*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 16.

⁵⁸ *Idem, ibidem*.

⁵⁹ Armando Petrucci, *Writers and readers in Medieval Italy: studies in the History of written culture*, p. 8, London / New Haven, Yale University Press, 1995.

de gravar num suporte pétreo uma inscrição comemorativa em honra de um defunto, mas existem algumas diferenças de base, como a omissão, na passagem para a Idade Média – cristã, na sua essência – da duração da vida da pessoa em causa, e em vez dela passar a gravar-se frequentemente a data da morte, encarada como data de acesso ao Paraíso⁶⁰. Ao apelo da atenção do passante pela pessoa sepultada, junta-se o pedido de uma oração pela alma de quem ali jaz⁶¹. E, de acordo com Mário Jorge Barroca, os epítáfios constituem o maior grupo das manifestações epigráficas medievais conhecidas para Portugal⁶². Com a necessidade de preservar a memória individual de cada um, e também com uma preocupação de identificação rápida dos túmulos, no contexto do regresso da sepultura personalizada, o epítápio reapareceu em cena⁶³, sendo uma manifestação clara e textual de individualização. Era um reflexo também da própria organização social vigente, feudal e hierarquizada⁶⁴. Assim, na construção do túmulo de um nobre, era frequente gravar-se o seu nome, a filiação, o que fizera durante a sua vida, e, também, armas, brasões, divisas e lemas⁶⁵ – quando não se encomendava mesmo a elaboração de uma estátua jacente do tumulado, ponto máximo de uma “personalização” da morte –, numa intenção clara de singularizar e individualizar a morte em si, mas também apresentar de alguma forma esse indivíduo como símbolo para uma sociedade hierarquizada e sedenta de exemplos⁶⁶.

– A guerra nos epítáfios de cavaleiros

Como temos vindo a dizer, a actividade militar, na Idade Média, pode ser entendida como parte integrante do serviço devido a um senhor, dentro do sistema feudo-vassálico, ligada ao dever de *auxilium*, e implicando também a coragem no combate. Aparece como um elemento fundamental na concessão de prestígio associado à nobreza e à cavalaria, mesmo se estivermos a falar do final da época medieval – e de modo particular se considerarmos que a cavalaria, propriamente dita, se terá tornado por essa altura uma espécie de corpo especial da nobreza. Nas inscrições que fomos recolhendo, uma primeira observação que podemos fazer relativamente à guerra, refere-se aos

⁶⁰ Jean-Yves Tilliette, “Épitaphe”, in *Dictionnaire encyclopédique du Moyen Âge* – vol. I, dir. de André Vauchez, Paris, Éditions du Cerf, 1997, pp. 534-535.

⁶¹ *Idem, ibidem*. Como a inscrição acompanha normalmente um túmulo, tem também quase sempre uma indicação de lugar: “aqui jaz...” / “hic jacet”.

⁶² Mário Jorge Barroca, *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422* – vol. I, Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 263. Convirá lembrar, porém, que este autor, na obra citada, trabalhou o século XV apenas até 1422.

⁶³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – o gótico*, Lisboa, Presença, 2002, p. 210.

⁶⁴ *Idem, ibidem*.

⁶⁵ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”, in *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Sá da Costa, 1996, p. 130.

⁶⁶ José Mattoso, “Cavaleiros andantes...”, pp. 357 e 367.

teatros de operações – tanto espaciais como temporais –, onde encontramos várias situações: campanhas contra Castela, na época da ascensão da dinastia de Avis e na guerra de 1475-1479, campanhas africanas, em Marrocos, e, em menor quantidade, as Canárias, e outros palcos “estrangeiros”: Granada ou os Balcãs – esta última situação pode considerar-se ainda “mais estrangeira”, porque fora do contexto ibérico.

Com referência directa aos lugares onde se desenvolveu uma acção bética, temos então, para Aljubarrota e campanhas contra Castela no contexto da ascensão de D. João I ao trono, os exemplos de Martinho Afonso Pires da Charneca⁶⁷ – que é um caso de clérigo combatente – Álvaro Eanes Cernache⁶⁸, Nuno Gonçalves de Ataíde⁶⁹, Afonso Eanes Nogueira⁷⁰ e Fernão Rodrigues de Sequeira⁷¹.

Presentes em Aljubarrota ou outros recontros da mesma campanha e também em Ceuta, temos os casos de Lopo Dias de Sousa⁷² e de João Gomes da Silva⁷³. Já como tendo lutado somente em Marrocos – nas expedições de conquista ou na defesa das posições nos anos que se lhes seguiram, temos

⁶⁷ “Aqui jaz o muito honrado Senhor D. Martinho Arcebispo que foi de Braga Governador del-Rey Duarte e principal Conselheiro del-Rey D. João. O qual foi com ele em a grão batalha real e em todas as entradas de Castela. Vensi com sua gente entrou duas vezes em Galisa, e foi em todos feitos, que o dito Senhor onve das o começo da sua demāda ata a fim. o qual finou era de MCCCCXVI annos a XXV de Março.”, na igreja de S. Cristóvão, em Lisboa, na capela dos Mirandas.

⁶⁸ “Aqui jas Alvare Anes Sarnache cavalo. Armado por ElRey D. Jº. q santa gloria aja, anadel mor dos bestros. de cavalo, alferes dos namorados na batalha Real, e em todas as outras guerras se achou; morreuo na era de 1420”, no mosteiro do Salvador, em Vila Cova de Sandim, Gaia.

⁶⁹ “Em este moimeto jaz Nuno Gonçalves de Ataíde, cavalleiro e companheiro dos da Madresylva e do conselho do mui nobre Rei D. João e governador da casa do Infante D. Fernando seu filho. E finou em Lisboa em dia do Corpo de Deus derradeiro dia de mez de Maio da era do nassimento de Nossa Senhor Jesu Christo de mil CCCC e XX e cinco annos”, no convento de S. Francisco de Alenquer.

⁷⁰ “Aqui jas Affonso Anes Nogueira que foi cavaleiro na Batalha Real e do conselho de ElRey D. Joaõ, e do Infante Dom Dte. e Alcaide Mor desta cidade. faleceo a 5. de Março da era de Xpº. de mil e quatrocentos e vinta sette annos.”, na igreja de S. Lourenço, em Lisboa.

⁷¹ “Aqvi jaz em este moimeto o nobre senhor e religioso Dom Frei Fernando Roiz de Siqueira mestre da cavalaria da Ordem de Avis q. Criou o muy nobre Senhor Rey Dom Joao a que o dito mestre sucedev depois que ElRey foi Rey a prazimento de Devs e sev prior eleicam o qual criou d idade de qvatorze annos foy co el em seu servico loo primeiramente no cerco de Lisboa onde foy cercado DelRey Dom Ioao de Castella que matov o cavallo e sendo el mestre e regedor deste Reyno e teve o ditto Rey de Castella cercado por mar e por terra nove mezes e depois q o ditto senhor Rey foy a terra de movros e filhov a cidade de Ceita leixou o ditto mestre em o Reyno com sva molher a Raynha como Infante Dom Ioao com o Infante Dom Fernando com a Infanta Dona Isabel sevs filhos por fazer o qve delles mandassem e por defensom do Reyno o qual a Santa Trindade em q. Elle cre firmemente e na virgindade de Santa Maria quirao perdoar todos sevs pecados finou se deste mvundo na era do nescimento de Nossa Senhor Jesus Christo Filho de Devs em que elle firmemente cre em sua morte paixom e resurreicam que el padeceo por nos salvar de 1433 postprimeiro dia de Agosto morreuo depois DelRey qvatorze dias.”, na igreja do convento de S. Bento de Avis.

⁷² “Aqi jaz omº òrado qomêdador dô Lopo Diaz de Sovza mestre da cavalri^a / daordê de criztvs q foi sêpe mºt leal sridor aomºt altº sêpe vêsedor / l rei dô iôa opmºro qual foi grâde aivda ë defesaos destes reinos / ëetrov cô hel cigo vezes ë castel^a côsva cavalaria e çato / mada de cepta e teve omestrado qorêta eseis annos efinose / naera de ihv xpº / de 1000 e 4000 e 31 / annos aos nove dias / domes de fevrº e o / mºt hòrado epre / zado sôr oifñamte / dô áriqe governador / da dita hordê dve de / vizev e sôr de covllá / o mâdov treladar / aesta côveto aos / oitº diaz domes de / marco da dita era donacmº de noso sôr de 1431 annos”, na charola dos Templários, convento de Cristo, Tomar.

⁷³ “Aqui jaz o muito honrado e nobre João Gomes da Silva Rico Homem, Alferes mor delRey D. João o Iro de Portugal e do seu Conselho, o qual foi com elle na batalha Real, que houve com el Rei de Castella, na tomada de Ceuta, o qual edificou este logar á honra de S. Marcos, o qual falleceo em 25 de Março de ccccxiii annos.”, no convento de S. Marcos, junto a Coimbra.

os exemplos de Martim do Sem⁷⁴, Vasco Martins de Albergaria⁷⁵, Pedro de Meneses⁷⁶, Fernão Gomes de Góis⁷⁷, em cujo epítápio se destaca claramente o facto de ter sido armado cavaleiro pelo próprio monarca depois da tomada de Ceuta, uma “guerra de mouros” com grande carga simbólica; ainda os casos de Duarte de Meneses⁷⁸, e João Coutinho⁷⁹. O caso de Martim Afonso de Miranda⁸⁰, apesar de o termos hoje trazido aqui, não parece traduzir exactamente um esforço corporal na guerra, mas antes um tipo de “patrocínio” a essa actividade que D. Afonso V desenvolvia, dado que se refere no epítápio o gasto de cem mil libras da fortuna pessoal desse rico-homem para apoiar a guerra em Marrocos: um apoio que significa liberalidade e serviço, valores que, como aludimos mais atrás, faziam parte da boa conduta cavaleiresca, e que vinham, nesta situação concreta, da parte de uma linhagem com origens ilegítimas⁸¹. Há ainda Gaspar Roiz Mealheiro, cavaleiro que lutou em Marrocos; é aliás pela leitura do seu epítápio que sabemos que esteve nessa

⁷⁴ “Aqy jaz o muy onrado famoso doutor marty dosẽ do coselho do muy alto eicelẽte poderoso/ principe rrei dō johā e do ifāte eduarte seu filho primo ienjto eseu chācaler moor o qal per seu mādado foy/ per vezes en ēbaixada aos rrejnos de ingrattera ede castela os quuaas trōuxe aboa fȳ e cō el na filhada de/ cepta òde foy per o sor ifāte armado cavaleiro e asi ell como todo seu linhaiē forom sēpre muy privados/ e seruidores dos rex destes rrejnos efinou aos viii dias de fevº e mil iiijc xxxj annos”, na igreja de S. João de Alporão, em Santarém.

⁷⁵ “Aqui jaz uasco mtz da albragaria caualº fidalgo da casa do Sor. ifante dō anriq e seu camare / ro mor filho de afº lopz da albragaria o qual pasou da uida deste mūdo das feridas q ouue na toma / da e no desçerco de cepta a... diaz do mes de dzº da era de ihs xº de mil iiiic xxx bi annos”, no convento de S. Domingos de Benfica, em Lisboa.

⁷⁶ “[Aqui jaz] o muito [honrado] muy nobre e mui fidalgo senhor dom Pedro de meneses/ conde que foi de viana o primeiro capitam e governador que foy na çi[dade] de Cepta alferes mor do muito alto mu[jito] poderoso e muyto excellente Senhor dom eduarte pella graça de deus rey de portugal e do algarve e Senhor da dita cidade/ filho que foy de dom Joham afonso tello [de meneses c]onde que foy de viana e Senhor de penella miranda alvito e villa nova e neto que foy de dom Joham afonso tello de meneses conde que foy d ourem e [da condessa dona guiomar de ferreira sua] mulher bisneta que foy d el rey dom sancho de castella que este moesteiro edificaram/ o qual conde dom pedro a dicta cidade de cepta huma soo em africa per xpistão possuida com [muit]a descrisçom xxii anos governou e contr os mouros enfiées muy esforçadamente defendeo e os conquistou per mar e per terra e fez afastar e per força leixa[r grande parte dos termos della onde por] sua defensom e per a dicta conquista fez muitas peleias en ellas sempre vençedor e nunca vençido de que a dicta cidade ouve sempre em seu tempo gloria de vencimento os mouros temor e os dictos regnos grande louvor/ finou se em a dicta cidade xxii de setembro com seu proprio entender bom e catolico xpistão ata morte muy [esforçado] cavaleiro a seu rey natu[ral] muy verdadeiro fiel e leal anno de nosso senhor de mil iiijc xxxvij/ mandou consigo lançar a condessa dona briatiz coutinha sua mulher/ sua sepultura mandou fazer a muito honrada muy nobre e muy honesta senhora dona lonor de meneses sua filha mulher que foy do muito honrado e nobre Senhor [dom fernando filho do marques de villa v]içosa a qual mandou com o dicto seu padre lançar a condessa dona margarida sua madre e assy jazem todos/ nosso Senhor deus lhes queira perdoar amen”, na igreja da Graça, em Santarém.

⁷⁷ “Aqui iaz Fernam Gomez de Gooes camareiro moor que foy do muy nobre rey dom Yoham de Portugal o qal dito senhor rey fez cavaleiro o dia que filhou çeuata aos mouros”, na igreja de Oliveira do Conde, Carregal do Sal.

⁷⁸ “Memoria de D. Duarte de Meneses, terceiro conde de Vianna, tronco dos condes de Tarouca, primeiro capitão de Alcacer Seguer em África, que com quinhentos soldados defendeu esta praça de cem mil mouros, com os quais teve muitos encontros, ficando d'elles sempre vencedor; morreu com grande fama e gloria na serra de Benacofú, para salvar a vida de seu rei D. Affonso V”, na igreja de S. João de Alporão, Santarém.

⁷⁹ “Quem lapis hic claudit est Dominus Joannes Coutinho Comes de Marialva clarissimo qui in vigessimo secundo suae aetatis anno in clade Arzilae quam inclitae memoriae Alfonsus quintus anno D. Mills.mo quadringentess. mo septuage.mo primo vi et armis occupauit inter arepta et illata vulnera in Mesquita quae Matris Mariae Virginis Christi dicata est gloriose interiij”, no mosteiro de Salzedas, Tarouca.

⁸⁰ “Aqui jas Martim Affonso de Miranda caualeiro rico homem que gastou cem mil libras de seu patrimonio em Africa em seruico dos reis. anno 1478.”, na igreja de S. Cristóvão, em Lisboa, na capela dos Mirandas.

⁸¹ Por descender de Martinho Afonso Pires da Charneca, que era bispo. Cf. Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de....*, pp. 52-53.

área precisamente devido ao contexto da sua morte⁸². Surge ainda em Ceuta, mas também nas Canárias, Diogo Alves da Cunha⁸³. O nobre cavaleiro João de Albuquerque⁸⁴ esteve também nas Canárias e em Marrocos, na falhada tentativa de conquista de Tânger, em 1437. Mais tarde, participando na campanha levada a cabo por D. Afonso V pela coroa de Castela, aparece João da Silva⁸⁵, cujo epitáfio recorda igualmente a sua presença em Aragão ao lado do condestável D. Pedro, na luta pelo trono desse reino – e sabemos também que João da Silva esteve igualmente em Marrocos, em socorro a Alcácer Ceguer, em 1459, mas isso não é expressamente dito na inscrição⁸⁶. O que é dito e destacado é o sacrifício derradeiro de João da Silva, com a sua própria vida, pelo bom serviço, ao rei e à “pátria”. Podemos encontrar um seu irmão também presente nesses dois palcos, e desta vez com a devida recordação marroquina: trata-se de Fernão Teles de Meneses⁸⁷. Também em Marrocos e em Castela

⁸² “Esta capela he de Gaspar Roiz Mealheiro, fº de P[ero] Mealheiro q[ue] moreu pelejando amtre os mouros na... na batalha q[ue] dom Johā de Meneses ouve com elrey de Feez hūa sesta feira de amduēas do anno de 1513. A [qu]ly jaz Isabell Ribeira sua may”, no adro da igreja de S. Lourenço, em Alhos Vedros.

⁸³ “Aqui jaz ho muyto honrado Cavaleiro Frey Diegalles da Cunha Comendador que foy de Castelejo e de Castel-novo ho qual foy na tomada de Cepta com o muyto alto e com o muyto excellente e muyto virtuoso senhor Rey Dom Ioham da boa memoria e foi nas Ilhas de Canaria por mandado do muyto honrado principe e muyto virtuoso Senhor o Infante D. Henrique seu filho : o qual se finou na Era de 1460 annos”, no mosteiro de S. Francisco, na Covilhã.

⁸⁴ “+ Aquy : Jaz : o muito : onrado : sōr : / E uallente : Cavaleyro : Joam : / D alboquerq(ue) : Do : cōselho : / DelRey : E do seu : li : nhagem : bisneto : De Dom Ioham : / afonso : que : fez : O castelo : D alboquerq(ue) : / Qe p(ro)cedeo : Do : Tronco : Dos : / Reys : de : Castela : O q(ua)ll : / Em : idade De : xbii : Anos : foy : / Na Ida : Da / grā : Canarea : Onde : se : cōbateo : / Com Huu(m) : Ifante (e) / (filho) : Do Rey : Da dia : Cana / rea : E o desbaratou : E trouxe : / Preso : Ao arayal : soo p(er) / sy : E asy : Nas : partes Dafrica : / Onde / ... senpre : Mostrou : por Muy : / Valente ... / leiro : Estādo : cō os Ifātes : No : / cerco : de tāgere Atee Ore / colhimēto : Onde : P(er) sua / lanca : Muyta : G ēte : saluou : E / asy : / see(n)do : E(m) : Todalas : Cousas / que se : Em / Seus Dyas : Acōtecera : sempre : / Ofereceu : sua Pesoa : Aos / Grandes : P(er)iiigos : Pro / s(er)uico : Dos Reys ... / co(m) Elle : Jaz : A / Muyto : / ... Dona : Elena : P8er)eyra : / hu(m)a : Soo : Sua : Moller : Dos / quaes P(ro)cederam Tres : Fi / lhos : .s.P(er) : P(ri)mo ... / ta : vila : ... Albuque(r)q(u)e : / Conde : De Penamacor : camarey / ro : ... Del Rey ... : E allcайдe : / ... / de Marvam : + ela se finou : Na / ERa de Mil E cccc E lxx : / ANos : a iii^o : Dias : De Janey / ro :”, no Museu Regional de Aveiro.

⁸⁵ “Per esta letra saberes que fidalguia saber anymo esforçado fizerā/ este cujos Osos/ esta tam pequena pedra cobre dino de perpetua memoria filho foy do/ muy nobre e prudente/ ayres gomez da silua gouernador de lixboa e da muito uertuosa e dyscreta/ dona/ britis de meneses joam da silua foy seo nome caualeiro muy estimado linha/ jem dos pricepes Romaos seus merecimentos O fezerā em muytas aces/ as batalhas capitam foy jerall dellRey dom pedro nas gueras dar/ gam e despois camareiro mor e do conselho dellRey dom joam o segundo e dele/ muito amado e prezado/ estando na frontaria do diana por capitam por omra de seu Rey e defemsam da/ patria a uida ofereco/ a fortuna daqueles gramdes dous capitae de Roma marco bruto e arumce abracou/ a elle e a/ dom martim galimdo emleito mestre dalcamtara em ouguela jmdo ambos/ de noite nas diamteiras de su/ as jemtes Reconhecerāse hu ao outro e se emcontrarā de maneira que ho em/ leito mestre logo no quampoo ficou morto e elle xxi dias uiueo e desta tam uam/ uida partio caso foy a primcepes e a capitaes tam poucas uezes acōtecid uos/ que dele decemdes lembraiou e prezaiou de pay de taes dotes pollos acrecem/ tar e comseruar trabalhando por sua alma a deos Roguae”, no mosteiro de S. Marcos, junto a Coimbra.

⁸⁶ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de D. Duarte de Meneses*, ed. de Larry King, Lisboa, Universidade Nova, 1978, pp. 129-130.

⁸⁷ “acqui repousa o corpo do muy homrado e muy nobre fidalgo e caualeiro fernam/ teles de meneses filho de ayres gomez da silua e de dona briatiz/ de meneses moordomo moor e gouernador da muy escrarecida Sñra dona lyanor/ es-tonces princesa e agora Rainha de portugal o/ qual asy em africa como em castela per terra e per maar taaes se-ruicos e feystos/ na paz e na guerra fez que ouue a morte enueia de seu/ crecimiento pois no melhor da uida o leuou uiueu xxxx annos e meo e faleceo na/ era de mil e cccc e lxx e bii permero dia da/ bril. Dona maria de uilhana filha de martim afõm de melo e de dona margarida/ de uilhana aya da mesma Sñra Rainha tam sobre per uer/ tude como per leal linhagem hūua sua molher o mandou fazer em uida e aqui/ se mandou sepultar pera jazerem os ossos tão juntos como/ foram as uontades uiueu”, no convento de S. Marcos, junto a Coimbra.

com D. Afonso V andou Rodrigo de Melo⁸⁸, depois conhecido como Rui de Melo, fundador do convento dos Lóios, em Évora. Numa inscrição encomendada pelo seu genro, Rodrigo de Melo aparece, além de valente, como pronto a dispender somas do seu próprio património para fazer a guerra do monarca. Sempre ao lado de D. Afonso V parece ter igualmente andado Nuno Pacheco, a julgar pelo seu epitáfio, mais curto, mas cheio de significado⁸⁹. Ainda nos parece ter combatido nos dois contextos, ou seja, em Marrocos e Castela, um clérigo, Fernando de Miranda⁹⁰, que foi bispo de Viseu.

Um caso muitíssimo interessante, porque possui apenas referências à participação em conflitos estrangeiros, é o de Diogo Pereira⁹¹, que aparece no seu epitáfio como tendo combatido nas hostes húngaras – do rei Sigismundo, que era então o imperador do Sacro Império – contra o avanço otomano no leste da Europa. Surgindo ainda como guerreiro na campanha que levou D. João I ao trono português, na conquista e defesa de Ceuta, mas igualmente em campanhas no estrangeiro, temos o caso de Álvaro Gonçalves de Ataíde,

⁸⁸ “Em louvor de nosso señor deos e do apostolo Sā Johā evāgelista edificou e dotou este mosteiro o magnifico Sñor dō Rodrigo de mello cōde dolivencia bisneto de Vasco miz de mello q deu a vida ao muy virtuoso Sñor Rey dō Joā o primeiro e neto de martí afō de melo ovelho q grandemēte ajudou a ganhar este regno ao dito Sñor Rey e fº de martí afº de melo q bē e lealmēte sēpre servio e foy o dito cōde creado do muy escrarecido sñor Rey dō aº o qinto e Rb anos servio cō sua pesoa e gētes muy grādemēte e en todas as pasagēs que o dito Sñor Rey em Africa fez sēpre cō ele foi e tomada a cidade de tāger logo lha entregou e o fez o primeiro capitā e governador dela e xiii anos q a teve houve tātas pelejas e fez tātos desbaratos ē mouros q muito pouco ficou do termo dela q nā fez trabutario a dito Sñor Rey e tērou cō ele nos reinos de castela cō tāta gēte e asy corrigida que poucos dos mores do Reyno levarā mais finouse aos xxv dias de novēbro da era de nosso Sñor jesu cristo de mil iiiiic Lxxxvij”, cf. inscrição comemorativa encomendada pelo genro de D. Rodrigo de Melo, situada à entrada da igreja do referido convento, ainda no exterior, e que utilizamos por possuir mais conteúdos do que o epitáfio deste cavaleiro, que diz o seguinte: “Aqui jaz ho magnifico/ Senhor dom Rodrigo de Melo conde de Oly-/ vēca ho primeiro capitam/ he governador q. foy d Tanger e se finou/ aos XXV dias d novēbro era D Mil e CCCC/LXXXVII ans”. O epitáfio está na capela-mor do templo.

⁸⁹ “Aqui jaz o honrado, e sobre o nobre cavaleiro Nuno Pacheco com a honrada Dona sua mulher o qual foy em todos os feytos que por ElRey Dom Affonso o quinto nestes Reynos de Portugal, e Castella, e Africa se fizeraō. Finouse na Era de mil quatrocentos e noventa e tres annos”, na igreja de S. Domingos, em Santarém.

⁹⁰ “OO Mto. MANIFICO. Rdo. Sor. Dō. Frdo. DE. MIRĀDA. BPO. DE UISEU. Q. AQ / ... AZ. FOI. CİADÓ. HE. CAPELĀ. MOR. DELREI. Dō. Aº. OQİNTO. OQUAL. S'UIO. C. TANTA. LEALDAD ... / ... MERCEO. S'R MUI ACEPTO. DELE. HE. FOI. CÔ ELE. NATO / MADA. DARZILA. E NABATALHA. DE T... / ACÔ. PANHADO. SÊPRE. ē. TÔS. PRIGOS. ē. Q. SEUIO. DEMANIRA. Q. DOS. CINQO. Q. CÔ. ELE. FICARÔ. FOI. HU. DEL ... / E S'UIO. ASR NO AUITO. MILITAL. MUITOS. ANOS. SEGUNDO. LHE. OS. PASOS DO ... ~. DECENDE. EPOR. SU ... / ... ERTUOSA. UIIDA. O DCTO SOR. QUIS Q. SEMUDASE. AO ESTADO. CLICAL ... / E POR. SEU. FALICIMETO. FI ... CAPELĀ. MOR. DELREY. Dō. Yº. OSEGº. S'E Fº. OQL. OFEZ B'PO. DE UISÉ E FOY. BPO. XXIIJ. ANOS E GORUENÓ / U'TUOSAMENTE E LHE DEU RICOS HORNAMÉTOS E UIUEO. SEPº. ē / TÁTO RECOLHIMETO E HONESTIDADE Q OPINIÁ. DE. Mtos. ERA. A / UIDO P(ER) U'GE E FEZ. TAL. UIDA Q SEGº NOSA FE ... GORA. UIUE BEĀ / UETURADO. P'A SEPº E SE FINOU. NA FI. DABRIL DA ERA DE [1505 ANNOS]”, na igreja de S. Cristóvão, em Lisboa, na capela dos Mirandas.

⁹¹ “Aq : iaz : diego : pereira : comēdador moor : da : hōrrada : hordē da cava / laria : de : s tiago : o qll foi criado : de peqno : delrrey : dō : iō : de portugal / e do algarue : e senhor : de cepta : e por : os muitos : seruiços : q : lh fez : e siso : / e bōdade : q ē ell : sintiu : o fez : cavalerio : qādo : ēviou : sua : filha : don / a biatriz . a casar a ingreterra : cō : o conde : dārdel : e foi : cō : o cōde : / dō afōso : de : barcelos : filho : do : senhor : rrey : ē : iħzliñ : e ē : turquia : / na gerra : q : o emperador : cismūdos : fazia : aos : turcos : e dep / ois : q dela : veyo : fezeo : do : seu : cōselho : e deuo : ao ifant : dō : jō / seu : filho : por : governador : de sua : casa : o qall : lhe deu : esta : co : mēda : e fhouse : ē : jdade : de : l : anos : postumero : dia : dagosto : / ē : do nacimēto : de noso : semhor : jħū : x' : de : mjl : iiiiic : xxvii : anos : / e : mādou : fazer : esta : capella : mª : de : rrecessēde : sua : molher : per : autori / dade : do : dito : jfant : q : era governador : da decta : hordē : pera ell : e : pera : seos / decēdētes : :”, na igreja do Senhor dos Mártires, capela de Maria de Resende, em Alcácer do Sal.

em cujo extenso epitáfio são devidamente referidos tais feitos⁹². Uma outra figura com presença em conflitos militares que dizem mais directamente respeito ao reino, assim como em contendas no estrangeiro – no âmbito da sua Ordem, dado que era freire hospitalário –, é Diogo Fernandes de Almeida⁹³, irmão de Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da Índia; foi combatente, segundo a inscrição tumular, em África, – “contra mouros” – em Castela e no Mediterrâneo, pela defesa da Ordem a que pertencia, ao tempo ameaçada seriamente pelos turcos otomanos. João de Sousa, que nos surge num epitáfio que é uma bem descriptiva e pormenorizada folha de serviços, – com indicação do número de batalhas em que participou e onde, bem como o número de vezes que foi ferido – combateu em Marrocos em várias ocasiões, na campanha pela coroa de Castela que D. Afonso V realizou, e nas guerras granadinas, integrando nas companhias castelhanas, em busca de fama e glória, que, a julgar pela inscrição, alcançou, mesmo entre os combatentes do reino vizinho⁹⁴. Por

⁹² “Este Mo[i]mento que enserrado tem o Corpo do Magnifico D. Alvaro Gonçalves de Ataide, Conde de Atouguia, e Senhor de Monforte nô podia emsarrar, nem esconder as suas virtudes, as quais como quer que com sua alma segundo piadozamente voassem ao Ceo, a sua crara memoria ficou na terra por ser aos mortais muito claro exemplo de virtudes as quisessemos demonstrar não somente esta pedra mas ainda hû grande volume de escríturas não poderião comprehender. Este dos seus primeiros annos, despresadas as brandas paixões que aos mancebos desvairão dos virtuosos caminhos ajuntou com ardideza que do muy excelente Cavalleiro Martim Gonçalves de Ataide seu Pay por direito de herança lhe acontecera hûa mancidão mesturada com muita prodencia e converção gracioza; e assim que a verdade da vida sem heprocacia e sem outras sirimonias de fingida Religião em que elle tanto Luzio, que não somente as suas obras mas ainda seus maduros e sãos conselhos, nos Reys da piadoza lembrança D. João e D. Dte. cujo Conselheiro foi muito prestas assim nos feitos da guerra, que nos seus primeiros annos o dito Rey D. João ouve com ElRey de Castellam nos quais elle asaz perigos e trabalhos passou e soportou, como depois a guerra acabada nas outras couças, que pertencião ao Regimento do Reyno. Visitou a Caza Santa de Jerusalem e foi na guerra de Bosna com o Emperador Segismundo e da hi foi com ElRey D. João na tomada de Ceita com asaz gente darmas acompanhado, E depois foi com o Infante D. Henrique no decerco da dita cidade, e no Conselho Geral de Constancia esteve aquelles turbados tempos da divizão da Igreja por parte do dito Señor Rey, até que averiguada a scisma, foi hû Santo Papa Martinho em Avinhão creado, e depois foi eleito nas Cortes Aio de ElRey Dom Affonso o quinto bemaventuradamente Reynante, o qual asim creou e ensinou, que alem da sua maravilhosa natureza muito se mostra hoje em elle a sua doutrina. Partiu-se desta vida em idade madura, Anno M. iiiic LII em grande prosperidade Leixou mui honrados filhos sussecres em memoria gloriosa nos vindoros segros”, na igreja de S. Leonardo, Atouguia da Baleia.

⁹³ “Sepultura do muy magnifico Senhor D. Diogo Fernandes de Almeida, Prior do Crato, filho do Senhor D. Lopo de Almeida, Conde, e Senhor de Abrantes, o qual de moço muy pequeno, até que faleceo, foy sempre muito aceito, e estimado dos Serenissimos Reys de Portugal, D. Affonso o V. D. João o II. E D. Manoel o I. por ser maravilhosamente dotado de graça natural, e muy experto em saber todas as couças, prudencia singular para conselho, e grande esforço em feitos de Cavallaria; e assim na paz, e nas guerras, necessidades do Reyno, em Castella, e Africa, contra Mouros, servio sempre grandemente, como singular Capitão, e muy esforçado Cavalleiro, e sobre isso nas couças das festas, e gentilezas da Corte. E sobre todos alcançou muy grande primor. Foy duas vezes em socorro de Rhodes, onde por serviço de Deos, e de sua Religião, contra Turcos, fez feitos de perpetua memoria. E tornando de lá, chamado delRey D. Manoel, foy delle recebido com gasalhado, amor, e honras desacostumadas, e quando mais prezada, e desejada sua vida estava por taõ vitoriosas obras, fez o muito Alto Senhor dar santo fim a seus dias, dobrando com seu falecimento em todos muy saudoso desejo, e verdadeiro conhecimento do grande preço de sua pessoa, e valia para o serviço destes Reynos; e faleceo em Almeirim, aos XIII. de Mayo de 1508.”, na igreja do mosteiro de Flor da Rosa, Crato. Para um enquadramento do contexto em que viveu e combateu este cavaleiro, veja-se Paula Pinto Costa, *Ordem do Hospital em Portugal – dos finais da Idade Média à modernidade - Militarium Ordinum Analecta - vol. 3/4*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999-2000, pp. 228-229 e 255-258.

⁹⁴ “Aqui : jaz: omuito: honrado señor: Ioām: de sousa: e a muito: honrada: señor: brâqua: detaide: sua: molher: fi / lha: domuito: onrado. Jō: detaide: snōr: de penacoua: ocual: [joā]: de sousa: e filho: de martimafōm: de sousa / e neto: doutro: mtm: de sousa: q era pmo: cō /: irmão: delrei: dom: fernādo: de: portugall: ho: quall: joām: de / sousa: n~uca: fez: ero: nē: vileza: ao: snōr: nē: amiguo: criado: delrei: dom: afōm: ho: quīto: e do: sōr imfāte: se / u: irmão: seus: sñor: e per: serviços: de ds: e delles: ambos: seus: srēs: e por: onra: do reino: foi: ē dezoito: pelleias:

fim, temos Diogo de Azambuja⁹⁵, responsável pela edificação da fortaleza da Mina, facto que é devidamente recordado na sua inscrição tumular, juntamente com a participação deste nobre na guerra que D. Afonso V fez a Castela e em acções militares em Marrocos. Na verdade, o alargamento do campo de acção português no decorrer do século XV e nas primeiras décadas do século XVI possibilitou a estas personalidades o ensejo de buscar e encontrar novas fontes de prestígio, de títulos e de rendimentos, tanto em Marrocos como na África ocidental, e disso é um bom exemplo Diogo de Azambuja.

Um ponto há que nos parece seguro: se a actividade bélica é referida neste epítáfios que fomos apresentando – seja referida de forma mais extensa, seja de forma mais resumida – é porque ela se reveste de incontornável importância – ou “substância”, dado o seu peso já ancestral para a definição da nobreza. É interessante vermos que nos primeiros epítáfios, – cronologicamente falando – isto é, dos primeiros anos do século XV, em época de afirmação da nova dinastia de Avis, é dado algum relevo ao momento em que determinado indivíduo é feito cavaleiro, e por quem. Por exemplo, vemos isto para Fernão Gomes de Góis, “que o senhor rei fez cavaleiro o dia em que filhou Ceuta aos mouros”⁹⁶, Álvaro Eanes Cernache, “armado por el-rei D. João que santa glória haja”⁹⁷, ou Martim do Sem, “foi com ele na filhada de Ceuta, onde foi pelo senhor infante [D. Duarte] armado cavaleiro”⁹⁸. Recorda-nos algo que já mais acima mencionámos, a propósito de, na parte final da Idade Média, o acto da investidura de novos cavaleiros ser realizado sobretudo depois de um recontro militar, e não antes. Também é de salientar o aspecto do companheirismo, da ajuda e da camaradagem que ultrapassa a barreira física da morte. Por exemplo, no epítáfio de Nuno Gonçalves de

/ de: mouros: nas: tptēs dalem: mar: e nas: peleias: foi ferido: desete feridas: e foi: cercado: três vezes: hūa: em / cepta: e duas: ē alcacere: hōde: foi: ferido: duas vezes: de feridas: mortaes: hōde: seouve: hā: etā: esforçada: mēte: nos: ditos: cercos: q. nenū: q: nelles: fosse: se: nā: ouve: milhor: efoi: na guerra: cō: elrei: dō: amrique / de Castela: em grada: onde se Ouve: mui bem: desafiadā: se cō: hū: mouro: sobre: afes: onde: se ouve: tābē: fize / ra esforeçada: metā: q: hō: desbaratou: e foi: muito: louvado: de todos: os castelhanos: q: ai: erā: psentes: foi: toma / nada: dalcacere: ee darzilla: e de taniere: e na destroiçā: d anafe: ē: duas batalhas: cāpaes: com / elrei: dom afōm: ho quinto: rei: de castella: e de portugall: seu: senhor: e servio: tam: bē: q: nē: hū: q: c: elle: fosse: he ser / vio: milhor: asi: na guerra: cōtīnoa: como: na batalha: q houve: c. elrei: dom fernādo: ho aguardou: e servio / [milhor q] nh-u: o aguardo: nē servio: milhor: q elle: e tā: bē: cō: o infante: seu: snōr: na ēntrada: de taniere: onde foi: ferido de morte:”, na igreja matriz de Ferreira do Alentejo.

⁹⁵ “Aqui iaz Diogvo dAzambvia do conselho / Del Rei cavaleiro da Ordem Daviz, commendador / da Cabeça de Vida e Alter Pedroso o qual nas / gueras de Castela por El Rei Dom Afonso tomov / aos castelhanos a vila Daglete onde lhe / qvebraran hva perna e fez o castelo de Sam / Iorge da Mina e svigiov toda aquella terra e / fez o castello Real em Africa e tomov a cidade / de Cafim aos movros per sva soo industria / e valentia e asi fez ovtras mvitas covsas / dinas de memoria e lovror em tempo dos / Reis Dom Afomso e Dom Ioam o segvndo / e Dom Manvel o Primeiro como em svas cronicas se pode ver E fez este Mosteiro / de Nosa Senhora dos Anjos Faleceo de / 86 annos dia de Nosa Senhora Dagosto / da era de 1518”, na igreja de Nossa Senhora dos Anjos, em Montemor-o-Velho.

⁹⁶ Ver a nossa nota nº 77.

⁹⁷ Nota nº 68.

⁹⁸ Nota nº 74.

Ataíde é recordada ainda a “companhia” de combatentes que esse cavaleiro integrava na batalha de Aljubarrota, “cavaleiro e companheiro dos da Madressilva”⁹⁹; ou o epitáfio de Lopo Dias de Sousa, em que esse cavaleiro surge como “grande ajuda na defesa destes reinos” a D. João I¹⁰⁰. Sem nunca esquecer o marcante epitáfio de João de Sousa, que “nunca fez erro nem vileza a senhor, nem a amigo”¹⁰¹. Gostaríamos ainda de referir o epíteto atribuído em alguns destes epitáfios à batalha de Aljubarrota, que parece assim ter sido, desde cedo, chamada “batalha real”; encontramos esta denominação nos epitáfios de Álvaro Eanes Cernache¹⁰², Afonso Eanes Nogueira¹⁰³ e João Gomes da Silva¹⁰⁴. Batalha de reis, e que fez um rei. Para ilustrar a importância que tinha a lembrança deste acontecimento, um outro cavaleiro, cujo epitáfio não localizámos, Fernão Lopes Lobo, impôs aos administradores do seu morgadio que se rezasse uma missa todos os anos, a 14 de Agosto, aniversário da refrega, na qual tinha participado – um evento onde glória tinha sido adquirida¹⁰⁵.

E depois, há o sacrifício, o perigo físico de ser morto ou ferido, que faz parte da actividade destes nobres. Em várias ocasiões são os ferimentos recordados, como marca autêntica de bom serviço. Assim, para Diogo de Azambuja, lembra-se que partiu uma perna no castelo de Alegrete¹⁰⁶; para João de Sousa, não se esquece que foi “ferido de sete feridas” em confrontos com os muçulmanos de Marrocos, “duas vezes de feridas mortais” em Alcácer Ceguer, e “ferido de morte”¹⁰⁷ numa investida sobre Tânger; Álvaro Gonçalves de Ataíde “assaz perigos e trabalhos suportou”¹⁰⁸ no seu serviço por D. João I, e Vasco Martins de Albergaria parece ter pago com a vida – como outros personagens do nosso *corpus* – a sua presença nos combates levados a cabo pela coroa, “passou da vida deste mundo das feridas que houve na tomada e no descerco de Ceuta”¹⁰⁹. A morte violenta aparece em 8 casos apenas, Vasco Martins é um deles. Já D. Duarte de Meneses morreu em combate directo contra os muçulmanos, na sequência de uma desastrosa campanha de D. Afonso V em Marrocos. O seu epitáfio comemora a bravura, a lealdade e a fidelidade do capitão de Alcácer Ceguer para com o seu senhor e rei, mesmo que isso o tenha levado à morte em combate, mas

⁹⁹ Ver nota nº 69.

¹⁰⁰ Ver nota nº 72.

¹⁰¹ Nota nº 94.

¹⁰² Veja-se na nossa nota nº 68.

¹⁰³ Nota nº 70.

¹⁰⁴ Nota nº 73.

¹⁰⁵ Maria de Lurdes Rosa, *O morgadio em Portugal – séculos XIV-XV*, Lisboa, Estampa, 1995, pp. 118-119.

¹⁰⁶ Nossa nota nº 95.

¹⁰⁷ Nota nº 94.

¹⁰⁸ Nota nº 92.

¹⁰⁹ Nota nº 75.

ficam a fama e a glória, fixadas para a posteridade¹¹⁰: o que é que pode haver de mais glorioso do que morrer para salvar a vida do seu rei¹¹¹? De um carácter súbito se reveste a morte de Rui de Melo, pois aconteceu ao tentar separar uma rixa entre ingleses e franceses, em Portimão¹¹². Apesar de não estar nada de explícito no seu epitáfio, o carácter súbito da morte pode estar implícito, mesmo assim, no texto¹¹³, como se a morte fosse um animal furtivo, esperando o momento mais propício para desferir o ataque. E tal como Rui de Melo, também Fernão Teles de Meneses sofreu uma morte inesperada, ao tentar separar uma briga de rua em Alcácer do Sal. O epitáfio deste nobre é bastante explícito relativamente a um certo carácter de injustiça quanto à morte de um cavaleiro com várias qualidades¹¹⁴, e que ainda tinha bastante para viver. Também violenta, mas perfeitamente cruzadística, foi a morte de D. João Coutinho, 3º conde de Marialva, na mesquita de Arzila, no dia da conquista dessa praça marroquina; o seu epitáfio, em Latim, comemora o acontecimento, não esquecendo de lembrar que o local de culto islâmico foi devidamente transformado em igreja cristã, dedicada à Virgem Maria, como se pode ler¹¹⁵. João da Silva conheceu morte em combate contra castelhanos, durante a guerra entre Portugal e Castela, desencadeada pelas pretensões de D. Afonso V à coroa daquele reino. O epitáfio descreve com detalhe as peripécias do combate fatal, e o facto que parece ser relevante – talvez como uma marca de valor e força física – de o nobre português ter sobrevivido ainda vinte e um dias aos ferimentos que recebeu, contrariamente ao seu adversário, que ficou logo morto no local da refrega¹¹⁶. Nesta narrativa comemorativa, a vida “deste mundo” é apresentada como “vã”, mas não as qualidades deste cavaleiro, que deveriam ser honradas, mantidas, e aumentadas pelos seus descendentes. Ressalvando ao cenário marroquino, temos o cavaleiro Gaspar Roiz Mealheiro, também morto em combate. O epitáfio deste cavaleiro preocupa-se em especificar a batalha em que se deu a morte, fornecendo o nome do comandante da hoste – D. João de Meneses – em que se integrava o combatente, bem como a data em que aconteceu. A indicação da data da morte,

¹¹⁰ Ver a nota nº 78.

¹¹¹ Ver as reflexões que sobre este tema faz Maria de Lurdes Rosa em “Mortos – “tidos por vivos...”, pp. 9-46.

¹¹² Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* – vol. I, 2^a ed., Lisboa, INCM, 1996, pp. 192-196.

¹¹³ “A todos seja memória desta sepultura ser do muito generoso fidalgo, e famoso cavalleiro Rui de Mello, Senhor da Casa de Mello, o qual em vida do muito alto e muito excelente e muito poderoso Principe ElRey Dô Afonso o 5º foi Almirante de seus Reynos e seu fronteiro mor no Reyno do Algarve, o qual por bondade de sua pessoa e valentia de suas armas fez muitos asinalados serviços ao dito Senhor Rey e Reynos, segundo aos vivos he manifesto ata a elle prender morte a qual foi aos vinte e cinco de Fevereiro do anno do Senhor de 1467, a qual sepultura mandou fazer a muito generosa Senhora Dona Breatis Pereira sua mulher para elle e para si e para Miser Lansarote filho dos ditos Senhores outro si Almirante que foi, a qual Senhora foi sobrinha do mui magnifico poderoso e virtuoso Senhor Conde Dô Nuno Alvres Pereira Condestabre que foi destes Reynos. Requiescant in pace. Amen”, na capela-mor do convento da Trindade, em Lisboa.

¹¹⁴ Consultar a nota nº 87.

¹¹⁵ Nota nº 79.

¹¹⁶ Nota nº 85.

uma Sexta-Feira da Paixão¹¹⁷, implica neste epítápio uma valorização e uma assimilação entre o sacrifício do cavaleiro às mãos dos infiéis e o próprio martírio de Cristo.

Muitas vezes associados, vêm, por fim, o orgulho e a bravura/valentia militar. Seja pelo valor do inimigo defrontado e vencido, seja pelo número de inimigos derrotados, seja pelo número de campanhas e batalhas combatidas. Pode dizer-se que há até uma certa competição para ver quem disputa o prémio de “melhor servidor”: o mais leal e o mais valente. Temos, no nosso conjunto de epítápios, múltiplos exemplos. Fernão Rodrigues de Sequeira¹¹⁸ foi “cercado por mar e por terra nove meses” quando estava em Lisboa ao lado do Mestre de Avis, seu senhor, e futuro rei de Portugal; no epítápio de Pedro de Meneses¹¹⁹, reforça-se a noção de perigosidade associada ao seu cargo de capitão da primeira cidade (re)ocupada por um poder cristão no norte de África: “a dita cidade de Ceuta, uma só em África por cristãos possuída”, que o referido nobre “contra os mouros infiéis muito esforçadamente defendeu”, e até “os conquistou por mar e por terra”, tendo com eles “muitas pelejas, delas saindo sempre vencedor e nunca vencido”; o perigo sofrido ajuda a aumentar o valor do capitão de Ceuta, numa relação directa. No epítápio de seu filho, Duarte de Meneses¹²⁰, o grande valor militar do primeiro capitão de Alcácer Ceguer acentua-se com o número de inimigos, “com quinhentos soldados defendeu esta praça de cem mil mouros”, e, à semelhança do seu pai, “ficando deles sempre vencedor”, obtendo ainda a aura de ter morrido para salvar a vida do monarca, como já vimos acima. Já no epítápio de João de Albuquerque¹²¹, a idade à época da realização dos feitos parece revestir-se de significado porque é dito expressamente que este fidalgo tinha 17 anos quando “foi na ida da Grã Canária onde combateu com um infante, filho do rei da dita Canária, e o desbaratou e trouxe preso ao arraial”. O valor do oponente individual também é importante, neste caso, tal como no do mouro que João de Sousa¹²² enfrentou em combate singular, ao participar na guerra de Granada, “onde se houve muito bem desafiadoramente com um mouro sobre a fé, e onde se houve tão bem e tão esforçadamente que o desbaratou, e foi muito louvado de todos os castelhanos ali presentes”. Neste caso, o valor do oponente é perfeitamente mítico, por se tratar do velho inimigo religioso de tantos séculos, e que os portugueses defrontavam também pela mesma altura em Marrocos. O valor de um cavaleiro também se vê na desgraça, como aconteceu, uma vez mais, a João de Albuquerque, que “estando com os Infantes no cerco de Tânger onde

¹¹⁷ “(...) húa sesta feira de amduęças (...).”

¹¹⁸ Nota nº 71.

¹¹⁹ Ver nota nº 76.

¹²⁰ Ver nota nº 78.

¹²¹ Nota nº 84.

¹²² Nota nº 94.

até ao recolhimento, pela sua lança, muita gente salvou”. É nos momentos difíceis que surgem os heróis. A quantidade de gente preparada para combater que um nobre leva consigo também é recordada: é assim no caso de Rodrigo de Melo¹²³, que “entrou com ele [o rei] nos reinos de Castela com tanta gente e tão ordenada que poucos dos maiores do reino levaram”. É a disputa individual, o afirmar ser melhor do que o outro, como também encontramos no epitáfio de João de Sousa, – de novo – que “serviu tão bem que nenhum que com ele [o rei] foi o serviu melhor”; e também no caso de Diogo Fernandes de Almeida¹²⁴, “singular capitão”, que “sobre todos alcançou mui grande primor”, fazendo “feitos de perpétua memória”.

No fundo, e servindo isto como palavras finais desta nossa intervenção, o que encontramos valorizado na narrativa memorialística celebrativa do final da Idade Média é um sistema de valores que vinha desde há séculos, e que já tivemos oportunidade de caracterizar nos seus traços gerais, neste mesmo texto. Neste conjunto de epitáfios, devido ao facto de a actividade militar estar tão presente e ser tão louvada, como parte de um conjunto particular de valores, tradições e atitudes, quando se reflecte o momento da morte dos tumulados a que respeitam, dá-se um relevo próprio ao facto de a morte ter sobrevido como consequência da participação num confronto militar, que implicava o cumprimento absoluto, até às últimas consequências, do serviço cavaleiresco para com o senhor – nestes casos, o rei – e, em algumas situações, acrescentando-se a esse aspecto o contexto do velho combate entre a Cruz e o Crescente, como sucedia nas praças portuguesas do norte de África, de que vimos também diversos exemplos. Morrer “em serviço de”, ou “com grande fama e glória”, ou “pelejando antre os mouros” são expressões que tentaram traduzir precisamente um carácter exemplar, mais do que propriamente excepcional, destas formas de passagem.

¹²³ Nota nº 88.

¹²⁴ Nota nº 93.